



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO  
SEGUNDO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA  
DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No vigésimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Gleisson. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Iniciado o Horário do Expediente, não houve oradores e o presidente encerrou esta parte da sessão. Passou-se então ao Horário de Liderança. Pela liderança do PP, Émerson Sampaio anunciou que começará a denunciar os secretários municipais de Belém por improbidade administrativa. Notificou que nunca teve retorno dos ofícios que encaminhou às secretarias municipais. Acrescentou que trabalham a partir de demandas populares e as pessoas ficam sem resposta às suas solicitações. Citou o parágrafo 1º do artigo 4º da Lei Orgânica do Município de Belém – LOMB que estabelece: “Os secretários municipais, diretores de órgãos públicos e demais auxiliares do chefe do Poder Executivo, ficam obrigados a responderem oficialmente e por escrito os requerimentos, indicações e ofícios dos vereadores encaminhados pela Câmara Municipal de Belém”. Em seguida, citou o inciso I do referido parágrafo que estabelece: “a recusa ou o não atendimento no prazo máximo de quinze dias das respostas dos requerimentos, indicações e ofícios encaminhados pela Câmara Municipal de Belém por parte de qualquer das pessoas referidas no parágrafo anterior, importará em ato de improbidade administrativa previsto no artigo 11, inciso II, da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992”. Assim, continuou, os secretários municipais têm a obrigação de responder aos vereadores, já bastando o fato de não atenderem às solicitações encaminhadas. Apontou que talvez isto ocorra porque a maioria dos secretários são pré-candidatos à vereança nas próximas eleições. Informou saber que pelo menos sete dos atuais secretários municipais concorrerão ao cargo de vereador em 2020 e, assim, estão mais preocupados em tirar a vaga dos atuais parlamentares do que em atender à população. Afirmou então que começará a denunciar os secretários que não responderem aos seus ofícios com base na lei. Externou que tem muita dificuldade em resolver os problemas da população, pois sequer tem seus ofícios respondidos. Informou que tenta encaminhar a limpeza da Terceira Rua no bairro do Tapanã, que está sendo tomada pelo lixo. Explicou ter feito o pedido há mais de quinze dias e também mandou fotos da situação da rua ao prefeito Zenaldo Coutinho e ao secretário da SESAN. O lixo e o mato espalham-se em frente ao pátio de retenção da SEMOB, um órgão da Prefeitura de Belém. Além disso, metade da rua está tomada pelo mato no trecho próximo à Igreja de São Francisco de Assis, local onde centenas de pessoas caminham diariamente. Apesar disso, não há sequer resposta ao ofício encaminhado. Lamentou o tratamento dispensado pelo Poder Executivo Municipal aos vereadores da Casa. Recordou que foram eleitos pelo povo para representá-lo, não sendo admissível que continuem calados diante desta situação havendo uma lei que os ampare. Pela liderança do bloco Democracia Cristã – Avante, manifestou-se o vereador Mauro Freitas e informou que neste dia, às 16 horas, estará no Hangar, Centro de Convenções da Amazônia, recebendo do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará uma comenda muito importante: o Prêmio Gestão Transparente 2018. Ressaltou que esta premiação estende-se à Mesa Diretora e aos demais vereadores e é entregue às câmaras municipais e prefeituras que cumpriram com a lei de responsabilidade fiscal e com a lei de acesso à informação. Destacou que não foi fácil obter essa distinção, sendo necessário esforço combinado dos parlamentares, treinamento de servidores e adaptações. Convidou os demais vereadores a participar da cerimônia, ressaltando ser a comenda mais que um prêmio, mas o

reconhecimento da dedicação da equipe gestora da CMB. Julgou que receber tal concessão quase no final desta gestão mostra que fizeram a coisa certa e quem diz isso para esta Casa e para o restante da sociedade é a instituição que julga as contas e está atenta a todas as câmaras municipais do estado, o Tribunal de Contas dos Municípios do Pará. Declarou estar muito orgulhoso, reiterando ser este um prêmio coletivo, do Poder Legislativo Municipal. Pela liderança do PSOL, assumiu a palavra Fernando Carneiro e solidarizou-se com a família do cinegrafista Francisco Haroldo, que era assessor do vereador Sargento Silvano e fora brutalmente assassinado no domingo anterior. Infelizmente, lamentou, o fato faz parte de uma estatística de mortes violentas em nosso país e em nosso estado. Referiu-se depois ao Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado nesta data, e citou exemplos do racismo existente em nossa sociedade, ainda que velado. Informou que quase 75% da população paraense é considerada negra ou parda e de cada quatro mortes, das 63 mil pessoas que foram assassinadas em 2016, três eram negras ou pardas. Tais números, avaliou, evidenciam que o racismo existe em nosso país: negros e negras recebem salários menores, moram nas periferias e são exterminados nas chacinas e assassinatos recorrentes no Brasil. Fez notar que se comemora hoje o Dia da Consciência Negra em homenagem a Zumbi dos Palmares, líder quilombola morto em 1695. Chamou a atenção para a necessidade de corrigir nossa linguagem, em muitos aspectos carregada de preconceito contra negros e negras. Declarou que, ao contrário do que afirma o presidente eleito, os escravos não vieram para o Brasil voluntariamente, foram trazidos à força em navios, submetidos a condições terríveis que muitos não suportavam, morrendo em viagem. Acrescentou que, ao contrário do que diz o presidente eleito, não é “mimimi” de negros e negras exigir a reparação e exigir condições reais de igualdade em nosso país. Pontuou que há muitos temas polêmicos envolvendo a questão da luta antirracismo no Brasil, citando a questão das cotas e a reparação. Deixou claro ser a favor das cotas e da reparação, mas ressaltou ser importante reconhecer que o Brasil é um país racista, sendo esta uma verdade que ninguém em sã consciência pode negar. Opinou que o racismo precisa ser combatido pela sociedade civil, pelas organizações não governamentais, mas também pela institucionalidade. Afirmou que os governos são responsáveis pela morte de negros e negras em nossas periferias, são responsáveis pelos salários menores, são responsáveis pelo genocídio da população negra que está acontecendo no Brasil. Conclamou então todos a refletir sobre isso neste Dia da Consciência Negra, mas mais do que refletir, conclamou todos a lutar contra o racismo em nosso país, em nosso estado, em nossa capital. Pela liderança do bloco PMN – PR – PEN – Solidariedade, subiu à tribuna o vereador Fabrício Gama e solidarizou-se com Sargento Silvano pela perda de seu amigo e assessor neste final de semana. Externou que pagamos um preço muito alto pela falta de vigilância em nossas fronteiras, o que permite a entrada de armas e drogas em nosso país. Referiu-se à reportagem do programa Fantástico, exibida no domingo anterior, mostrando a prisão de um grande traficante de armas que as fornecia para criminosos de todo o país. Foi preso em uma operação da polícia paraguaia que desmontou uma pequena parte desta máfia que o Brasil vem enfrentando. Manifestou esperança de que o presidente Bolsonaro coloque as forças armadas em nossas fronteiras e assim tenhamos uma diminuição da violência no país. Parabenizou depois os vereadores da Casa pelo prêmio que será concedido pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Pará. Estendeu esta saudação aos funcionários da CMB, que fazem sua parte e ajudam este Poder a funcionar de forma equilibrada. Reportou-se depois ao acidente, ocorrido no dia anterior, em que o eixo de um ônibus da linha Icuí – Ver-o-Peso saiu em plena Avenida 16 de Novembro. Informou que a Prefeitura Municipal de Belém multou a empresa Viação Forte e apreendeu o veículo. Aditou que o prefeito Zenaldo Coutinho aumentou a fiscalização nas empresas responsáveis pelo transporte coletivo por ônibus no município. Acrescentou que neste mês iniciar-se-á o processo de licitação para o serviço de transporte por ônibus em Belém. Parabenizou os vereadores da Casa por esta conquista, notificando que, a pedido dos parlamentares, já está no programa de licitação a inclusão dos aparelhos de ar condicionado nos coletivos. Falando agora pela liderança do Governo, lembrou que o Legislativo Municipal não tem o poder de legislar sobre o transporte público, mas pode levar ao Executivo o pedido para a inclusão do ar condicionado nos ônibus. Ressaltou o empenho dos vereadores que fizeram o certo, não fizeram pirotecnia política para o povo elaborando um projeto sobre algo de que não podem tratar. Acusou então o vereador Dr. Chiquinho de tentar enganar a população, dizendo ser autor de um projeto que não existe. Deixou claro que os demais vereadores têm responsabilidade com o povo de Belém. Em aparte, pronunciaram-se os vereadores Mauro Freitas e Joaquim Campos. Encerrado o Horário de Liderança, foi feita a verificação de

presença. Não havendo quórum, aguardaram-se os dez minutos previstos regimentalmente para realização de nova verificação. Findo este prazo, foi feita a nova verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foram então postas em votação e aprovadas por unanimidade as atas referentes à 86ª e à 87ª sessões ordinárias do 2º período da 2ª sessão legislativa desta legislatura. Retomou-se posteriormente a votação do requerimento do vereador Lulu das Comunidades solicitando que esta Casa emita nota de repúdio em relação à atuação da concessionária do serviço de fornecimento de energia elétrica Rede Celpa por estar em falha com a sociedade belenense, havendo péssima atuação na prestação de uma atividade essencial aos cidadãos. Neste ínterim, assumiu a presidência da Mesa o vereador Mauro Freitas. Fizeram o encaminhamento os vereadores Lulu das Comunidades, Dr. Elenilson (com aparte do vereador Lulu das Comunidades), Henrique Soares (com aparte do vereador Lulu das Comunidades), Fernando Carneiro (em aparte manifestou-se o vereador Lulu das Comunidades), Toré Lima (em aparte, pronunciou-se o vereador Lulu das Comunidades) e Émerson Sampaio, ficando o requerimento em votação. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita nova verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a votação do projeto de lei, relativo ao Processo nº 1161/17, de autoria do vereador Dr. Elenilson, que “Dispõe sobre a proibição de empresas condenadas em processos criminais de participarem de licitações ou celebrarem contratos administrativos de obras, serviços, compras, alienações e locações no Município de Belém”. Foi posto em votação o artigo 1º, sendo este aprovado por unanimidade, com vinte e três votos favoráveis. O vereador Igor Andrade pediu então Questão de Ordem solicitando que os demais artigos do projeto fossem votados em bloco e de forma simbólica, o que foi aprovado pela plenária. Fez-se então a leitura dos artigos restantes: 2º, 3º, 4º e 5º. Postos em votação, em bloco e de forma simbólica, estes foram aprovados por unanimidade. O presidente Mauro Freitas declarou então aprovado o projeto que “Dispõe sobre a proibição de empresas condenadas em processos criminais de participarem de licitações ou celebrarem contratos administrativos de obras, serviços, compras, alienações e locações no Município de Belém”, referente ao Processo nº 1161/17, de autoria do vereador Dr. Elenilson. Passou-se depois à discussão única e votação do projeto que “Autoriza o vice-prefeito de Belém, Orlando Reis, a licenciar-se da cidade para tratar de interesses particulares, no período de 02 a 13 de dezembro de 2018, sem ônus para o Município”, referente ao Processo nº 1238/18, de autoria da PMB. O vereador Henrique Soares pediu então Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco e de forma simbólica, o que foi aprovado pela plenária. Fez-se posteriormente a leitura do projeto. Postos em votação, em bloco e de forma simbólica, os artigos foram aprovados por unanimidade. O presidente Mauro Freitas declarou então aprovado o projeto que “Autoriza o vice-prefeito de Belém, Orlando Reis, a licenciar-se da cidade para tratar de interesses particulares, no período de 02 a 13 de dezembro de 2018, sem ônus para o Município”, referente ao Processo nº 1238/18. Dando prosseguimento à sessão, iniciou-se depois a discussão única e votação, com dispensa de interstício, do projeto de lei que “Institui a obrigatoriedade dos *pet shops* a denunciarem indícios de maus tratos nos animais atendidos no município de Belém”, relativo ao Processo nº 1892/17, de autoria do vereador Gleisson. Na discussão, não houve oradores. O presidente declarou então o projeto em votação. Foi feita depois a leitura e votação do artigo 1º do projeto, sendo este aprovado por unanimidade. Fez-se depois a leitura dos artigos restantes, 2º e 3º, do projeto. Postos em votação, foram aprovados por unanimidade. O presidente declarou então aprovado o projeto que “Institui a obrigatoriedade dos *pet shops* a denunciarem indícios de maus tratos nos animais atendidos no município de Belém”, referente ao Processo nº 1892/17, de autoria do vereador Gleisson. Passou-se depois à discussão única e votação, com dispensa de interstício, do projeto que “Denomina de Estação São Brás Vereador Emanuel Ó de Almeida a estação do BRT construída na área da Praça da Leitura, no bairro de São Brás”, referente ao Processo nº 1905/17, de autoria do vereador John Wayne. Participaram da discussão os vereadores Fabrício Gama, Rildo Pessoa, Henrique Soares (este solicitou durante seu pronunciamento, através de Questão de Ordem, que os artigos do projeto fossem votados em bloco e de forma simbólica), Fernando Carneiro (antes deste pronunciamento, a solicitação do vereador Henrique Soares foi colocada em votação e aprovada pela plenária), Mauro Freitas (sendo a presidência da sessão assumida então pelo vereador John Wayne) e Dr. Chiquinho. Foi feita então a leitura dos artigos do projeto e da emenda aditiva ao artigo 1º de autoria do vereador Fernando Carneiro. Encaminhou a votação o vereador Fernando Carneiro. Postos em votação, foram aprovados os artigos do projeto e a

emenda aditiva ao artigo 1º, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto que “Denomina de Estação São Brás Vereador Emanoel Ó de Almeida a estação do BRT construída na área da Praça da Leitura, no bairro de São Brás”, referente ao Processo nº 1905/17, de autoria do vereador John Wayne. O vereador Mauro Freitas reiterou então o convite aos demais parlamentares para comparecerem à cerimônia de entrega do Prêmio Gestão Transparente, no Hangar, às 16 horas, neste dia. Em seguida, o presidente John Wayne encerrou a sessão às onze horas e quarenta e cinco minutos. Estavam licenciados os vereadores Paulo Bengtson, Víctor Dias, Zeca Pirão e Marinor Brito. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, Mauro Freitas e Rildo Pessoa, pelo bloco Democracia Cristã – Avante; Biéco, Marciel Manão e Fabrício Gama, pelo bloco PMN – PR – PEN – Solidariedade; Gustavo Sefer e Lulu das Comunidades, pelo bloco PSD – PTC; Blenda Quaresma, Joaquim Campos e John Wayne, pelo bloco PMDB – PHS; Gleisson, Igor Andrade, Nehemias Valentim e Moa Moraes, pelo bloco PSB – PSDB – PTB; Celsinho Sabino e Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Delegado Nilton Neves e Henrique Soares, pelo bloco PDT – PSL; Altair Brandão e Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B; Fernando Carneiro e Dr. Chiquinho, pelo PSOL; Simone Kahwage, França e Toré Lima, pelo PRB; e Émerson Sampaio, pelo PP. Eu segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 20 de novembro de 2018.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário